



**PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA**  
**2407000541**

**CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

## 1. Objeto do contrato

1. O presente procedimento concursal com a referência n.º 2407000541 tem por objeto a “Aquisição de serviços de Transportes e Mudanças para a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa”, de acordo com o disposto no Caderno de Encargos.
2. O presente procedimento em regime de Consulta Prévia, insere-se no CPV 60000000-8 – Serviços de Transporte (excl. transporte de resíduos), a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74.

## 2. Entidade adjudicante atua como entidade compradora no procedimento

Sim.

## 3. Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, situada em Av. Professor Egas Moniz, 1649-028 Lisboa, com os números de telefone 217985100 e de fax 217985100 e com o endereço electrónico [fmul@medicina.ulisboa.pt](mailto:fmul@medicina.ulisboa.pt)

## 4. Órgão responsável pela decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa exarado na Informação n.º 2407000541 de 27 de novembro de 2024.

## 5. Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta informal ao mercado

Sim, conforme documento que se junta em anexo.

## 6. Gestores de contrato

É designado como gestor do contrato, Isabel Maria Costa Aguiar, Diretora de Serviços de Gestão do Edificado, sendo substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo Gestor Substituto do Contrato, Ana Cristina de Matos Moreira, Assistente Técnica do Gabinete de Instalações e Manutenção.

## 7. Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

## 8. Critério de adjudicação

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é o do preço.

Em caso de empate entre uma ou mais propostas apresentadas, é adjudicada a proposta

selecionada na sequência de sorteio, nos termos da alínea c) do n.º 5 do artigo 74.º do CCP, a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrado ata outorgada por todos os presentes. O Júri do procedimento comunica aos interessados, com a antecedência mínima de 3 (três) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá o sorteio, para, querendo, os mesmos nele se fazerem representar, sendo que a não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização do sorteio nem de exclusão das respetivas propostas.

#### **9. Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato**

É adotado o procedimento por consulta prévia nos termos do disposto no Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos.

#### **10. Aplica-se a contratos reservados (54.º-A)?**

Não.

#### **11. O procedimento é realizado para as medidas especiais de contratação pública?**

Não.

#### **12. Preço Base**

O preço base do procedimento é de **74.946,00 €** (setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

O preço base foi definido considerando a média dos valores unitários resultantes da Consulta Preliminar realizada a três empresas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 35.º-A do CCP.

#### **13. Negociação**

As propostas apresentadas não serão alvo de negociação.

#### **14. Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta:**

- Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 57.º do CCP, emitida conforme modelo constante do Anexo I ao CCP (Formato PDF) devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar – Anexo A\_CV\_Mapas de Quantidades (Formato PDF).

- O preço deverá ser apresentado em euros e arredondado a duas casas decimais;
- A proposta não pode apresentar itens a zeros, sob pena de exclusão da proposta;
- Documento mencionando o prazo de prestação do serviço;
- Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa.

#### **15. Idioma dos documentos da proposta**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, devem ser redigidos em português, ou caso não o sejam devem ser acompanhados da respetiva tradução legal para Português.

#### **16. Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados**

Os documentos de habilitação referidos nos ns.º 1 e 2 do artigo 81.º do CCP (Formato PDF), nomeadamente:

- i) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
- ii) Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);
- iii) Certificados dos registos criminais dos titulares dos órgãos de administração, da direção ou da gerência;
- iv) Certificado do registo criminal da empresa;
- v) Certidão de não dívida emitida pela Segurança Social;
- vi) Certidão de não dívida emitida pela Autoridade Tributária.

Indicação do(s) representante(s) do adjudicatário para efeitos de outorga do contrato, com indicação dos números de cartão de cidadão e identificação fiscal.

#### **17. Prazo de entrega dos documentos de habilitação**

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

#### **18. Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados**

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

#### **19. Prazo para entrega da proposta**

O prazo limite para a apresentação das propostas são as 23 horas e 59 minutos do 5.º dia a contar da data do envio dos convites.

#### **20. Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta**

O prazo mínimo de manutenção da proposta é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

#### **21. Modo de apresentação da proposta**

A proposta e os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)).

#### **22. Propostas variantes**

1. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.
2. São excluídas as propostas que adicionem, suprimam ou alterem estipulações sobre repartição do risco, transmissão da propriedade, cumprimento ou responsabilidade, bem como outras que sejam consideradas variantes ou condicionadas.

#### **23. Pedidos de esclarecimentos**

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente, neste caso o Diretor.

#### **24. Prestação da caução**

Não é exigível a prestação de caução, uma vez que o preço contratual é inferior a €500.000,00, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP”.

#### **25. Outorga do contrato**

O contrato será reduzido a escrito com a oposição de assinaturas eletrónicas, através da plataforma eletrónica, nos termos do artigo 94.º, n.º 1 do CCP.

#### **26. Legislação Aplicável**

Em tudo o que for omissa no presente Convite e no Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto da legislação em vigor.

**ANEXO I****Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas. (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada». 198 (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II

**Modelo de declaração**

**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º